

OPÚSCULO 3

- Pequenos textos de Filosofia, Ciência e Filosofia da Ciência -

Por um Estado Cidadão articulado à Promoção da Cidadania Global

~

Alfreda Cruz e Tereza Ventura



Centro de Filosofia das Ciências
da Universidade de Lisboa
<http://cfcul.ul.pt>

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

OPÚSCULO 3

Por um Estado Cidadão articulado à Promoção da Cidadania Global
© Alfreda Cruz e Tereza Ventura

Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa - Lisboa, 2009
<http://cfcul.fc.ul.pt>

Por um Estado Cidadão articulado à Promoção da Cidadania Global

Alfreda Cruz e Teresa Ventura
Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa

No pressuposto de que a Sociedade do Conhecimento possa ser contexto de problematização das circunstâncias em que decorre a vida de todos os cidadãos, bem como uma linha de fuga à pobreza e à exclusão social nas várias dimensões em que ela societariamente se estrutura, a matriz de inspiração de um Projecto no âmbito da relação do Estado com o universo da Cidadania passa pela equação do Estado como entidade promotora de políticas públicas adequadas ao exercício da Cidadania entendida tanto como direito social como bem público.

Procurando identificar no conjunto das comunidades os sistemas relevantes para a problemática em causa, diremos que há claramente que dar relevo a três deles, enquanto nucleares para a extensividade do direito à cidadania e da sua configuração como bem público: o subsistema escolar, o associativo e o autárquico.

A corporização prática da coesão social que se pretende alcançar passa pelo desenvolvimento de redes fundadoras ou reanimadoras do capital capaz de garantir a urdidura do tecido social de um território, dito por isso capital social por, em si mesmo, constituir a condição *sine qua non* da referida coesão e do seu investimento nas dinâmicas do desenvolvimento. Recobrando e (re)animando o capital humano inerente ao funcionamento económico capitalizado no puzzle territorial em que a sociedade se organiza, o capital social será factor de desenvolvimento integrado na exacta medida em que, aliando a acção ao conhecimento, for capaz de conscientizar as perspectivas e os compromissos que o referido desenvolvimento pode pôr em jogo, desde logo operacionalizando-o através de praxis sociais e políticas que nele **incluam o desenvolvimento da organização dos múltiplos espaços da rela-**

ção implicados na multiplicidade de problemas com que actualmente o sistema-mundo se defronta, com especial relevo, por um lado, para a fome e para as várias formas de humilhação que resultam dos vários graus de violência que opõem dominantes a dominados nas várias arenas em que o poder se exerce, e, por outro, para a poluição e o desperdício de recursos e seus impactos na saúde e na própria desintegração ambiental. A questão que se coloca é pois como viabilizar a participação das comunidades cidadãs na complexidade de uma Sociedade do Conhecimento cujas bases se encontram largamente amputadas pela espessa iliteracia que grassa na generalidade da população portuguesa.

A dimensão pedagógica – Posta assim a questão, a dimensão pedagógica central do sítio de cidadania social é a da desalienação dos sujeitos, através da alfabetização¹ presencial, susceptível de induzir o autoinvestimento destes no desenvolvimento das suas próprias virtualidades. O sítio corresponderá assim ao lugar onde se organiza a reflexão sobre os condicionamentos sociais, económicos e políticos do sujeito que se assuma como interveniente nos mesmos, em sede de produção de conhecimento das respectivas causas.

A pedagogia que se lhe adequa consiste em facultar –lhe os instrumentos de “leitura” dos seus contextos próximos ou longínquos, nisso se inscrevendo a multidimensionalidade do espaço de relações de que ele participa enquanto indivíduo – desde a relação com o grupo à do ambiente, passando pelas que emergem das esferas de produção, de circulação e de comunicação que condicionam o acesso e fruição dos bens públicos a que se possa aspirar. Ao assumir esta perspectiva como ponto de partida da situação de aprendizagem proporcionada pelo sítio, tendo por norte a linha de integração geral da sua organização num horizonte de cidadania cognoscente - e com isso priorizando a linha da fuga à exclusão social dos sujeitos que a sofrem -, o modo de produção do conhecimento *in situ* pode designar-se de pedagogia da desopressão. Esta expressão remete explicitamente para o domínio actual da investigação freiriana² que toma como categorias básicas de análise as de oprimido, expectativa e autonomia, comuns às mais diferentes situações e cadeias de interacção subordinante/subordinado.

Torna-se assim urgente que uma prática metodológica da investigação-acção

¹ Conceito-chave da epistemologia de PAULO FREIRE cuja axiomática fundamenta o referencial da Pedagogia do Oprimido, tese fundadora da investigação freiriana, a cujas linhas de força se acede em www.paulofreire.org.

² Conforme JOSÉ EUSTÁQUIO ROMÃO, presidente do Instituto Paulo Freire – centro de estudos brasileiro da rede freiriana, presente, a convite da Universidade Lusófona em Lisboa, em acções de Seminários de pós-graduação promovidas em 2004 e em 2006.

priorize o estudo dos saberes do aprendente, avocando à análise das situações vigentes e aos cenários prospectivos de mudança, os pilares de emancipação e de autonomia inerentes à pedagogia da praxis de *empowerment*, cuja matriz releve a interactividade reflexiva, centrada nas vivências expressas, e a expectativa de mudança que possa decorrer do investimento de saberes eficazmente acrescidos.

Esse é o contexto da despistagem das problemáticas que deverão ser seleccionadas e perspectivadas no sentido da contratualização dos programas de aprendizagem, desde a fase de alfabetização a partir da equação dos conhecimentos tácitos às da produção de conhecimento dos mais diversos conteúdos disciplinares e interdisciplinares, com recurso à metodologia da pesquisa de conteúdos expressos e do apuramento de pontos de vista situados em registo de reflexividade.

A ênfase nos conteúdos destinados a situar a produção cognitiva no âmbito da expressividade do sentido a dar às práticas vivenciais dos seres humanos, na relação de uns com os outros e com as várias dimensões do ambiente que as rodeia, tem por norte a tese de que uma educação cidadã passa prioritariamente pela arte já que é ela que lida com as emoções e estas “funcionam como classificadores de acções e de ideias”, sendo por isso capazes de cumprir a função que articula a razão à emoção³. Se uma tal articulação é imprescindível para se atingir o estágio de consciencialização moral⁴ então a educação da sensibilidade é condição necessária para a formação de cidadãos.

É nesse sentido que pode assumir-se a educação/formação pela arte como dimensão cultural de uma educação cidadã - ou seja uma educação em cidadania e para o exercício da cidadania -, atenta aos valores da alteridade, no campo da fruição da vida e da edificação da sua qualidade”⁵.

Será então na interligação destas vertentes que cabe estruturar-se cada dimensão curricular num programa de formação diversificada que conduza os aprendentes a aceder às bases conceptuais e às metodologias de abordagem das situações observadas, bem como ao tratamento das descobertas

³ ANTÓNIO DAMÁSIO (2006) Conferência UNESCO de Lisboa.

⁴ Idem, ib.

⁵ Devemos no entanto estar atentos a um entendimento de facto alargado do conceito de arte “Já Bento de Jesus Caraça o teorizara, definindo o homem culto como aquele que for capaz de se tornar consciente do lugar que ocupa no mundo e na sociedade, e chamando a esse entendimento vectores intelectuais e morais, numa dialéctica que António Damásio viria a problematizar, no campo das neurociências, como resultado vivo da interacção razão/emoção”. _Idem, *ibidem*

emergentes das pesquisas levadas a cabo na sua descrição cognitiva e nos vários registos da sua representação, incluindo os da expressividade escrita, oral e comportamental, inerentes à relação com o universo sensorial.

Educar para a criatividade, com propostas de actividade abertas, passa por estes trâmites. A auto-regulação do estímulo passa pelos incentivos que cabe ao formador enunciar e aos quais o aprendente corresponderá de acordo com o nível de experiência de que for detentor, quer a de origem educacional (curricular e extra-curricular) quer aquela que obtém na “escola paralela” que a sua própria vida constitui. Retomando a axiomática da investigação freiriana, diríamos que “ninguém ensina nada a ninguém”, mas também que “ninguém aprende sozinho”. A estratégia que se adequa ao universo de aprendizagem do sítio será então a que se contraponha à da reprodução de ensinamentos, entendida na acepção teorizada por Pierre Bourdieu que privilegia a interactividade propiciadora da transferência de conteúdos expressos, em sede de problematização equacionada pelo próprio destinatário. E neste pressuposto, o desafio que se coloca ao formador é o de saber induzir o processo de pensar e o gosto por o praticar, recorrendo a recursos tecnológicos adequados ao tipo de enfoque metodológico da formação facultada (veja-se a questão da webquest relativamente à estratégia colaborativa).

O Plano de formação em metodologia de projecto – Apoiando a integração de profissionais vocacionados para a sua própria reconversão profissional na lógica do enquadramento da qualificação proporcionada pelo sítio aos seus destinatários finais, deverá este proporcionar também aos primeiros, enquanto destinatários intermédios, uma oportunidade de autoformação em exercício, vinculada aos princípios da cidadania social, nas dimensões cognitiva e extensiva, e conectada por isso aos projectos de desenvolvimento pessoal dos destinatários.

A mobilização da reflexão crítica destes sobre as circunstâncias do quotidiano vivido constituirá o ponto de partida, comum a todos, e a integração dos registos discursivos numa matriz de conteúdos, sujeita a discussão, e a ponderação de alternativas de abordagens possíveis, permitirão que se defina uma estrutura modular de organização dos referidos conteúdos, identificando as praxis de cada um dos módulos a partir dos seus pressupostos metodológicos fundadores e da respectiva operacionalização didáctica.

O plano de formação terá de integrar a diversidade identitária dos destinatários finais através das trajectórias traçadas na estrutura modular, que melhor se adequem aos casos em presença. Essa diversidade porém não obsta a que,

enquanto subscritores de um programa comum de *empowerment*, os destinatários possam abdicar da aquisição de competências relativas à objectivação das subjectividades em presença. Nisso estará implícito o fomento de atitudes de co-responsabilização pelas causas de intervenção comuns que correspondem à aquisição de competências indispensáveis à objectivação das características do ambiente físico, social e cultural em que individualmente se inscrevem.

A conexão entre os módulos de formação terá de permiti-lo, o que implica um trabalho de estruturação curricular que pondere devidamente as relações de implicação coerente e pertinente entre os seus conteúdos-chave tributários de conteúdos transversais, dando a estes uma posição central na referida organização por serem objecto do desenvolvimento de aprendizagens comuns a todos os módulos. Estão neste caso as linguagens, quer do domínio linguístico, quer do da instrumentação lógica e matemática que, em conjunto, permitam desenvolver discursos e apoiar o pensamento dedutivo, indutivo e abductivo – princípio fulcral de uma lógica de descoberta⁶ e por isso apropriado à exploração da reversibilidade dos registos do conhecimento envolvidos na interpretação dos factos e nas pesquisas subsequentes. O desenvolvimento de competências de observação, notação, registo e descrição suporta e suporta-se na produção e gestão de um sistema integrado de informação, de comunicação e de conhecimento em que os saberes do sítio se irão integrando à medida que emergem, se depuram, validam e utilizam, na relação com os vários contextos em que intervenham – comunidade de pertença, redes de sítios territorializados e contextos públicos - desde os locais aos de governação.

A identificação da matriz comum dos destinatários finais de um sítio com o ambiente em que este se situa permite aliás que, no processo de formação em que eles se envolvem, se espoletem e aprofundem competências de empregabilidade, no âmbito das soluções que sejam identificadas no sentido de se dar respostas aos problemas pela via das praxis perfilhadas.

Estrutura modular de um projecto de referência - No modelo integrado do sítio de cidadania social, a conexão de vectores RECCRIA-PROMOVE-RESISTE não pode perder de vista a identificação de referenciais de empregabilidade e dos perfis profissionais compatíveis com as expectativas da vida activa, sempre que estas forem nucleares na adesão ao sítio.

É então central neste modo de produção de conhecimento, o espoletar de

⁶ Cf. UMBERO ECO (2004, pp.174-1759) - *Os Limites da Interpretação*, ed. Portuguesa (Difel - Algés)

capacidades para que em todos os papéis e em quaisquer registos identitários, sejam desenhadas e assumidas competências nos âmbitos de saber ser cidadão (dimensão RECCRIA - no léxico do modelo de partida), saber fazer no âmbito das competências proporcionadas e adquiridas (dimensão PROMOVE) e saber estar ao longo e nos vários âmbitos da vida (dimensão RESISTE). Expressando as valências do modelo recorrente em termos de meridianos **de acolhimento dos destinatários nas práticas de aprendizagem do empowerment, inserção social e formação educacional poder-se-á aspirar a** uma equipa constituída por:

- um profissional responsável pela registo sociográfico dos candidatos à formação, com vista à identificação negociada do percurso de formação;
- um profissional responsável pela mediação no acesso dos formandos às fontes de informação, conhecimento e de comunicação, implicando funções de animação pedagógica e de tutoria;
- um animador sociocultural de actividades *in situ* e em contexto, nas esferas da relação com os outros e com o ambiente;
- um gestor do projecto de formação, responsável pela negociação do desenho curricular tipo, da sua adequação às condições concretas do formando e sua inserção nos círculos de cultura adequados ao desenvolvimento da sua personalidade;
- um gestor do contrato de formação, tendo como primeiro outorgante o gestor do projecto da referida formação, e como segundo outorgante o formando, enquanto sujeito implicado na explicitação e contextualização do seu próprio projecto.

Centradas na actividade de projecto, as componentes de formação visadas pelo sítio corresponderão prioritariamente às esferas:

- da formação comportamental que acompanhará toda a relação do formando com o sítio, desde a fase de preparação das restantes ao termo da relação com este;
- das actividades curriculares, privilegiando as desenvolvidas em registo de praxis, desde a fase preparatória da habilitação geral;
- das actividades de especialização de conteúdos desenvolvidas em estágio ou vocacionadas para desempenhos similares com recurso a ambientes formativos ou académicos articulados em parcerias com o sítio;

- das actividades lúdicas e culturais, em paralelo com as de formação comportamental e assumidas como fulcrais na integração das restantes;
- das actividades transversais aos vários âmbitos de formação.

Pela multiplicidade de públicos-alvo e pela transversalidade das políticas públicas de proximidade, os municípios constituem sítios privilegiados de auto e hetero observação das práticas e dinâmicas que neles confluem e interagem.

A função do protótipo - Entretanto, a escolha criteriosa de um protótipo de funcionamento de uma entidade incubadora de cidadania no âmbito poliárquico, onde se concentrem meios que permitam intuir das virtualidades do Projecto para os fins gerais que ele se propõe atingir, não terá sido de some-nos importância.

Escolhida a sua localização no universo das entidades susceptíveis de adesão voluntária ao conceito de entidade incubadora de cidadania, na perspectiva de perfilhar políticas de incentivo e de apoio ao livre desenvolvimento da prática cidadã, cumpre divulgar-se-lhe exaustivamente os pressupostos, argumentos e expectativas, através de sítio apropriado, na *web*, que permita avaliar as potencialidades sintonizadas com o projecto nuclear de implicação da cidadania social no desenvolvimento integral. Em todo o caso, a responsabilidade demonstrativa da incubação só em práticas muito sedimentadas se pode escorar em termos de estas poderem servir de referência fidedigna à adesão de outras autarquias ao mesmo Projecto de produção de um *empowerment* susceptível de avocar ao sistema de formação ao longo da vida a capacidade deste atribuir sentido às práticas sociais e de situar a produção e a circulação do conhecimento no arquipélago dos saberes validados pela comunidade científica.

Essa concentração sujeita ao processo de auto-observação e de hetero-avaliação do sítio por instâncias independentes, pode constituir a base da estimativa dos recursos que vierem a ser exigíveis pela generalização da rede e esse pode ser o caminho para identificar as necessidades de emprego que directa ou indirectamente decorram da própria política pública de promoção da cidadania social. À partida, o provimento de recursos comporta:

- uma organização integrada por uma bolsa de recursos humanos, tecnológicos e financeiros indispensáveis à montagem e à operacionali-

zação integrada das vertentes do sítio, em conexão com os referenciais de enquadramento estratégico assumido ou expectável no âmbito das políticas públicas e sociais do sector;

- um funcionamento orientado por estrutura de enquadramento composta pelos núcleos de formação de formadores em exercício, de coordenação de conteúdos disciplinares e de formação e tutoria dos destinatários finais;
- uma prática que garanta a interacção das referidas estruturas ao longo de todo o processo dual de formação, com suporte na planificação, programação e readaptação contínua das actividades projectadas;
- uma estrutura de externalização da actividade do sítio nas várias dimensões para as quais se encontra vocacionado.

Papel da entidade de incubação - Para que o universo do *e-government* seja capaz de estimular as iniciativas locais neste domínio e no desenvolvimento das comunidades torna-se imprescindível a capacitação de trabalhadores autárquicos para se adequarem ao perfil de trabalhadores do Conhecimento. A estes caberão tarefas de Mediação e Gestão do Conhecimento e de Educação/Formação dos cidadãos, em registo formal ou informal, para a Prática da Cidadania baseada na aprendizagem da resolução de problemas inserida na estratégia metodológica da investigação-acção.

Importa pois assumir a reorientação de funcionários para a generalização do acesso ao tema da cidadania social na concretização do respectivo projecto de a configurar enquanto activa e inclusiva, com base no universo das políticas públicas e sociais indispensáveis à emergência do desenvolvimento sustentável baseado no desenvolvimento humano incidente nas diversas comunidades que se congregam no território que habitam.

Para tal há que garantir uma alimentação permanente do sítio através de uma dinâmica de estimulação e gestão do conhecimento, o que exige além do desenvolvimento das funcionalidades da Plataforma Informática do Observatório do Cidadão, a criação em contexto autárquico de uma bolsa de *mediadores de educação/trabalho colaborativo* funcionalmente adequados ao incentivo de participação no desenvolvimento das capacidades e competências dos cidadãos para lidarem com a complexidade dos seus próprios problemas e com o seu direito de participação cidadã na vida e na promoção de políticas públicas.

O conceito de entidade incubadora adequa-se ao patrocínio institucional de

tais praxis. Este implica acrescentar às práticas de cidadania existentes e dinamizadas num território municipal a mais valia decorrente da estruturação de um sítio local de congregação das aprendizagens multifacetadas que se relacionam com a referida questão de partida, o que se traduz na gestão de praxis diferenciadas de acordo com os grupos-alvo em presença na comunidade territorial e de bases de informação e de conhecimentos que de tais praxis derivem.

O Município do Montijo assumiu-se em 2007, através de Protocolo com o CFCUL, como a primeira entidade incubadora do Projecto. Com base na experiência decorrida pretende-se doravante ajustar e aumentar o número de entidades incubadoras, de acordo com o princípio de replicar a experiência piloto numa rede que totalize o número de lideranças políticas diferenciadas com presença por exemplo no território geográfico da Área Metropolitana de Lisboa, garantindo assim na diversidade de opções maioritárias do sistema de *e-government* local, o princípio da neutralidade implícita aos pressupostos científicos do Projecto.

Em suma:

A nova teoria sobre como os seres humanos aprendem tem de ter em conta o novo ambiente hipertextual (e hipermédia) de produção e de fruição intelectual e a aprendizagem dos procedimentos de resolução de problemas inseridos na estratégia metodológica da investigação-acção. Torna-se então necessário contextualizar as praxis na exploração das virtualidades científicas do pensamento complexo inerentes às teorias que presidem à sistemografia dos modelos. A função de um modelo consiste na sua adequação ao modo de relacionar os factores chave duma problemática com vista à equação do modo de os resolver.

Na Sociedade do Conhecimento, a capacidade de equacionar e resolver problemas -desde os que suportam as capacidades cognitivas de leitura e de intervenção no quotidiano, aos mais complexos, passando pelo controle das ferramentas de gestão do conhecimento - é crucial para desempenhos profissionais adequados e para a eficácia do acesso social à cidadania e da sua praticabilidade responsável.

De entre os factores que vão determinar essas mudanças salientam-se cada vez mais a apropriação das novas tecnologias disponíveis às exigências de uma sociedade baseada no conhecimento, em que a educação organizada se

transforme num processo crucial para toda a vida. A nova economia do conhecimento centra-se neste princípio, com impacto no empreendedorismo e na formação do capital humano que assumam a operacionalização dos saberes cognitivos como recurso essencial à pessoa enquanto tal e enquanto dinamizador do capital social interdependente da coesão social por via das praxis da cidadania cognoscente.

Questão civilizacional permeável à promoção da justiça, a cidadania é, nestes termos, encarada pela própria semiótica da Europa social como polegar da **mão** em cuja palma a justiça possa repousar e em que os restantes dedos configurem a solidariedade, a igualdade, a liberdade e a dignidade - referenciais de que a prática do associativismo em todos os quadrantes e recortes se tem geralmente feito eco, ainda que por investimento de geometria variável que urge agora inserir numa urdidura integrada, para que tais consignas se inscrevam na consciência colectiva de uma sociedade capaz de se posicionar perante as virtualidades e os riscos, com plena consciência de lhes poder fazer face.